

JULIO GOMES DE ALMEIDA

Professor do Instituto de Economia
da Unicamp e Ex-Secretário de Política
Econômica do Ministério da Fazenda

02 DEZ 2013



A situação fiscal brasileira

02 DEZ 2013

Os resultados fiscais de 2013 ficarão abaixo do projetado pelo governo. Diante dessa perspectiva, o debate a respeito da qualidade da política econômica esquentou. Para avaliar a questão é preciso começar com alguns dados relevantes. As despesas do Tesouro Nacional cresceram 12% em termos nominais até setembro de 2013, ou aproximadamente 6% em termos reais. Isso se deve em grande medida ao enrijecimento decorrente da indexação de despesas correntes. Por outro lado, o fraco crescimento econômico levou a um modesto aumento das receitas fiscais.

Essa fraca expansão da arrecadação foi agravada pelas inúmeras desonerações concedidas pelo governo. No acumulado de 2013, a arrecadação bruta das receitas federais evoluiu 0,9%, em bases reais, após um desempenho também fraco em 2012 (1,7%). Diante desses resultados, o superávit em relação ao PIB foi de 1,3% no ano e de 1,6% nos 12 meses completados em setembro. Em 2012, o primário foi de 2,4% do PIB. Em nossa opinião, colaboraram para o mau resultado fiscal a progressiva perda de eficácia das desonerações ao consumo e a crise da indústria de transformação, maltratada por 20 anos de valorização cambial.

Uma variável-chave das dificuldades fiscais é a baixa taxa de crescimento e um dos fatores cruciais a deprimir essa taxa, além do ambiente internacional, é a debilidade industrial

Mantida uma taxa básica de juro real próxima a atual, a estabilização da relação dívida bruta/PIB requereria superávit primário de 1,5% a 2% se o crescimento alcançar 3% ou 2,5% do PIB. Isto permite dimensionar o problema fiscal brasileiro. Com taxas de crescimento moderadas, o governo não terá dificuldades para obter o superávit primário requerido, desde que obedeça a certos critérios: a) Exercer controle draconiano sobre as despesas correntes “livres”, resistir às demandas, como o fez no caso do endividamento de estados e municípios e extinguir, conforme programado, as deso-

nerações destinadas a incentivar o consumo; b) O governo deveria se comprometer com uma meta fiscal livre de artifícios contábeis. A gestão fiscal deve preservar o investimento público e desativar os repasses de fundos ao BNDES de forma gradual, condições para preservar um aumento do PIB razoável. Um crescimento econômico muito baixo não deixa outro caminho senão o avanço da relação dívida-PIB, hoje de 59% no caso da dívida bruta.

Como convém insistir, uma variável-chave das dificuldades fiscais é a baixa taxa de crescimento e um dos fatores cruciais a deprimir essa taxa, além do ambiente internacional, é a debilidade industrial. A perda de posição da indústria brasileira requer atenção especial à taxa de câmbio para uma recuperação mais consistente da produção manufatureira em 2014.

O momento atual está também marcado pelas expectativas a respeito das concessões e dos investimentos no pré-sal. Esses programas têm o potencial de recompor os interesses públicos e privados e, assim, reanimar as avaliações e impulsionar os investimentos. Ademais, a demanda gerada pelos gastos daí decorrentes deve irrigar setores importantes da indústria de transformação.

O que está em jogo é a capacidade de o gasto público despertar os espíritos animais dos empresários e, assim, recolocar a economia na trajetória do crescimento. Nesse sentido, o governo deveria reafirmar o comprometimento com dois objetivos para 2014: permitir à Petrobras um maior grau de certeza no financiamento e execução dos seus investimentos e consolidar o modelo de relação Público/Privado contemplado nas concessões para o investimento em infraestrutura.